

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

CONGRESSO NACIONAL ESPANHOL DE ARQUEOLOGIA, 3.º. ALGUNS PROBLEMAS DA IDADE DO FERRO NO NORTE DE PORTUGAL.

CARDOSO, Mário

Ano: 1953 | Número: 63

Como citar este documento:

CARDOSO, Mário, Congresso Nacional Espanhol de Arqueologia, 3.º. Alguns problemas da Idade do Ferro no Norte de Portugal. *Revista de Guimarães*, 63 (3-4) Jul.-Dez. 1953, p. 666-683.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt
URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

mas da Idade do Ferro no Norte de Portugal,
que na íntegra se transcreve :

Alguns problemas da Idade do Ferro no Norte de Portugal

Senhores Congressistas :

Os trabalhos que vão ser apresentados pelos estudiosos portugueses nesta sessão tem apenas um carácter informativo e de interesse limitado à excursão por V.^{as} Ex.^{as} realizada a Portugal.



*O Presidente da Sociedade Martins Sarmenta lendo a
sua Comunicação ao Congrasso.*

Vão aqui usar da palavra, como prelectores, o Sr. Tenente-Coronel Afonso do Paço, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, que nos dará esclarecimentos sobre os resultados das suas escavações em V.^a N.^a de S. Pedro e na Citânia de Sanfins de Ferreira; o Sr. Prof. Dr. Carlos Teixeira, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, que aludirá à evolução

paleogeográfica do Noroeste português; e o presidente desta Colectividade, que dirá breves palavras acerca de alguns problemas da Idade do Ferro, observados especialmente na conhecida Citânia de Briteiros, protótipo dos povoados castrejos regionais, cuja exploração imortalizou o Nome de Martins Sarmento.

Faz parte da peregrinação habitual de todas as excursões de estrangeiros que vêm ao nosso país, e se interessam pelos problemas da Arqueologia portuguesa, uma visita ao Museu de Guimarães e à Citânia de Briteiros, a «*Meca dos castrejos*», como lhe chamou, com fino espírito, um ilustre investigador galego. Uma dessas grandes romagens teve lugar em 1880, por ocasião do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-históricas, então realizado em Portugal; e outra 50 anos mais tarde, em 1930, em nova Sessão do mesmo Congresso, que igualmente se realizou no nosso país. Assim acontece hoje com os Ilustres Congressistas do III Congresso Nacional Espanhol de Arqueologia, reunido na formosa cidade galega de Vigo.

Compete-me, em primeiro lugar, saudar V.^{as} Ex.^{as} e agradecer-lhes, como vimaranense e como presidente da Direcção desta Casa, a sua visita à Sociedade Martins Sarmento, instituição que tem a seu cargo as explorações e a conservação das ruínas de Briteiros, pertencentes ao Concelho de Guimarães, bem como a recolha do importante espólio ali exumado.

Vou pois, seguidamente, dizer alguma coisa a V.^{as} Ex.^{as} sobre as ruínas de Briteiros, e em especial sobre os problemas que elas nos apresentam ainda hoje, para os quais me permito chamar a esclarecida atenção de todos os Snrs. Congressistas.

Para alguns de V.^{as} Ex.^{as} não será talvez inédita esta Citânia de que vou falar, já porque noutra ocasião a tenham visitado, já porque, através da leitura de quaisquer notícias, tenham acompanhado a sua descrição, já, finalmente, pelo conhecimento que possuam de outros povoados idênticos do Norte de Portugal ou da Galiza. Com efeito, estes «castros» do Noroeste da Península apresentam tal uniformidade de aspectos, tal unidade de Cultura, que, além da influência da Romanização, mais ou menos marcada em todos eles,



Fig. 1 — *Suástica procedente da Cistânia de Briteiros*

observar qualquer um é quase que tomar conhecimento de todos os outros: são as mesmas casas redondas ou retangulares, com o mesmo aparelho poligonal e os mesmos processos de construção; idênticos aruamentos e calçadas; iguais circuitos de muralhas defensivas.

Isto não se verifica sômente nos aspectos gerais, pois de qualquer exploração de ruínas desta natureza resultam também, quase sempre, espólios semelhantes: são as mesmas formas e os mesmos ornatos incisos ou estampados na cerâmica; os mesmos suásticas e outros signos astrais (*Figs. 1 e 2*), bem

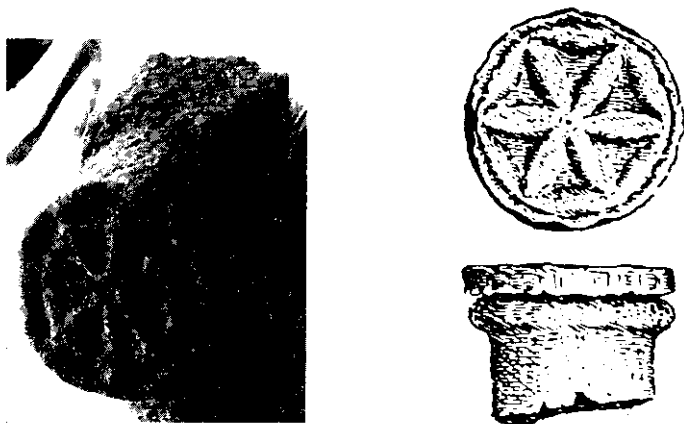


Fig. 2 — *Signos astrais esculpidas em pedra, procedentes de Briteiros e da Cibdá de Armea (Galiza).*

como os mesmos ornatos geométricos na pedra (Fig. 3); igual é também, sempre, a estatuária rude dos chamados «guerreiros galaicos», todos eles na

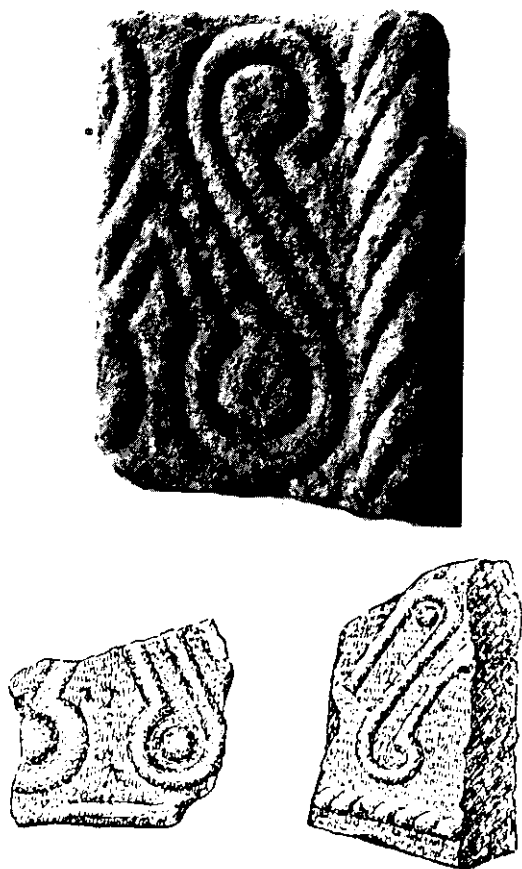


Fig. 3 — Ornatos esculpidos em pedra, provenientes de Briteiros e da Cibdá de Armea.

mesma atitude hierática e rígida (Fig. 4), ostentando a indumentária e o armamento que Estrabão nos deixou descrito em pormenor: — a *caetra*, o



Fig. 4 — Uma estátua de «guerreiro galai-co», do Museu da Sociedade Martins Sarmento.

punhal, o saio, o cinturão, os braceletes, o torques. Na maioria destes castros é igualmente bem nítido o selo da Romanização: — as inscrições latinas, os deuses do Lácio, as moedas, os vidros, a *terra sigillata*, etc.

E esta Cultura característica e inconfundível, considerada de origem pré-celta, mas claramente celtizada e romanizada, estende-se especialmente por todo o nosso território a norte do Douro; para além Minho, pela Galiza dentro e em parte das Astúrias; para nordeste e oriente pela chamada zona dos «ber-rões» — Trás-os-Montes, em Portugal, com uma funda penetração em terras de Espanha, por Samora, Salamanca e Ávila. Ainda há bem pouco tempo as explorações realizadas na *Cibdá de Armea*, em Santa Marinha de Águas Santas, não longe de Orense, confirmaram em absoluto esta perfeita uniformidade da Cultura proto-histórica do Noroeste. Observar o espólio

últimamente recolhido nesta *Cibdá* e o da Citânia de Briteiros, por exemplo, é ter deante dos olhos o mesmo povo e a mesma civilização. Sem dúvida que cada um dos numerosos castros desta região luso-espanhola nos apresenta sempre alguma variante, qualquer detalhe característico local; mas nunca passa afinal de ligeira modalidade de uma Cultura original, nitidamente comum.

De entre todas as Culturas proto-históricas peninsulares foi esta, sem dúvida alguma, a que mais enraizadamente conseguiu sobreviver e persistir até uma época relativamente próxima de nós, através da Romanização, da decadência do Império e dos alvares da invasão dos Godos. Por meados do século vi

ainda S. Martinho de Dume condenava as crenças e superstições existentes no povo rústico, insuficientemente cristianizado e fortemente apegado aos velhos deuses do Panteão romano.

Seria de esperar que, em face dos elementos de ordem cronológica, relativa e absoluta, definitivamente fixados; da abundância verdadeiramente excepcional de ruínas desta natureza em todo o Noroeste, muitas delas já metódicamente exploradas; do conhecimento exacto que temos dos textos que os autores antigos nos deixaram, com sugestivos elementos etnográficos acerca destes povos; do variado onomástico indígena que nos fornece a epigrafia latina; das séries monetárias encontradas; da tipologia perfeitamente definida de certos objectos, nomeadamente da cerâmica romana, tão frequente nos nossos castros; e, em suma, em face de tantos outros elementos, repetidamente adquiridos e estudados durante perto de um século de escavações levadas a efeito em numerosas ruínas desta natureza — seria de esperar, repito, que tivéssemos hoje um conhecimento muito mais exacto do que aquele que realmente possuímos da vida, das origens e dos usos e costumes destes povos castrejos. E não é assim, infelizmente.

A Cultura dos «Castros» do Noroeste, de um interesse fundamental para o conhecimento da nossa mais antiga história, ainda nesta altura se encontra muito imperfeitamente estudada. Podemos afirmar que os mesmos problemas e interrogações que, há perto de 80 anos, preocuparam o alto espírito investigador de Martins Sarmiento, nas suas famosas escavações de Briteiros, ainda hoje se mantêm sem solução, apesar de, após a morte deste grande arqueólogo, já vinte campanhas de escavações havermos realizado naquelas ruínas.

Nestas escavações, como em muitas outras praticadas nas ruínas destes povoados extintos, surge, logo em primeiro lugar, a dificuldade de não podermos praticar cortes verticais na maior parte do terreno, para a observação e pesquisa dos níveis estratigráficos, sem graves prejuízos, ou até sem a destruição

total das casas, pavimentos lajeados, etc., localizados à superfície do solo, ou nas camadas superiores. Ora, não só os métodos de exploração a empregar nestas escavações, como todo o estudo sistemático da zona dos castros do Noroeste, para ser profícuo, há de realizar-se em comum, por espanhóis e portugueses, especialmente na parte respeitante à investigação arqueológica propriamente dita. Muitas das conclusões de ordem geral, como por exemplo as relativas à etnologia dos habitantes destes castros, hão de ressaltar principalmente de um estudo de conjunto profundo e metódico, sob o ponto de vista da arqueologia e dos ramos desta ciência (epigrafia, numismática, etc.), sem exclusão, claro está, do auxílio que outros recursos científicos possam prestar, pedidos à Filologia, à Etnografia, ao Folclore e às Tradições populares, ao estudo comparativo da Arte castreja, etc.

São numerosos e extremamente interessantes os problemas de ordem geral e de pormenor, até hoje sem solução satisfatória, que se apresentam a todo o investigador, em face dos resultados obtidos em qualquer exploração praticada nos nossos castros proto-históricos.

Começemos pelo problema das habitações: ainda não vimos, por exemplo, uma explicação satisfatoriamente dada, acerca da falta de vestígios de porta, em muitas das casas redondas e quadrangulares, que aliás ainda conservam intactas as paredes até uns 50 a 70 centímetros de altura. Se é certo que a soleira da respectiva porta não se apresenta, de facto, nestas casas, no mesmo plano do solo, parece que deviam aparecer com frequência os restos de tais soleiras, *in situ*, bem como os das escadas de pedra que conduziriam a essas portas situadas mais alto, adossados à face exterior das paredes. E, contudo, raro isso acontece. Na Citânia de Briteiros, por exemplo, apenas numa das casas sem o indício de porta apareceu uma pequena rampa de pedra, encostada à superfície externa da parede, e que possivelmente daria acesso à entrada, rasgada num nível superior ao do terreno. Mas, apesar de ser este um caso isolado, Martins Sarmiento afirmou que as suas escavações o

levaram a concluir que a maioria das portas ficaria «de quatro a cinco palmos acima do chão». O falecido e culto Arqueólogo Dr. Félix Alves Pereira também disse ter verificado, nas escavações que praticou no Castelo de S. Miguel-o-Anjo, nos Arcos de Valdevez, que o pavimento das habitações estava em nível superior ao do terreno circunjacente. Por sua vez Santos Rocha, referindo-se ao Castro de Santa Olaia, nos arredores da Figueira da Foz, afirmou que as portas das casas ficariam acima dos envasamentos, e que, numa delas, encontrara um degrau.

O Sr. Mata Carriazo, no capítulo sobre a Idade do Bronze, que inseriu na magnífica *História de España*, dirigida por Menendez Pidal, afirmou, aludindo às casas com falta da indicação de porta, existentes na povoação argárica de El Oficio: «*Sus muros, conservados a escasa altura, no presentan los indispensables huecos de puertas, pero si toscas escaleras. Luego estas habitaciones, que alojan numerosas tumbas, representan plantas de sótanos que también han podido servir de almacenes. Las verdaderas viviendas estarían en una planta superior, probablemente cubierta de pizarra, que abunda en las inmediaciones*». Surge, porém, nesta hipótese tentadora, o problema do assentamento da pedra da lareira. Sobre o soalho de madeira, que cobriria a cave? Não devia ser, pois a pesada pedra do lar exigiria uma base estável e segura, alicerçada directamente no solo. E nunca as escavações da Citânia de Briteiros, por exemplo, revelaram um tal dispositivo.

O Prof. Cayetano de Mergelina, referindo-se a uma das casas do Monte de Santa Tecla escreveu também: «*Detalle interesante de esta casa es el de presentar en el vestibulo una escalera, que hace suponer la existencia de piso elevado sobre el recinto antes descrito*».

O saudoso Arqueólogo Padre Eugénio Jalhay chegou mesmo a propor a hipótese, mais tarde perflhada pelo ilustre etnógrafo Sr. Prof. Dr. Jorge Dias, de que nas casas da Citânia de Sanfins «a entrada

seria aberta no colmo (*Fig. 5, n.º 1*), ou na abóbada que as cobria», suposição esta que temos relutância de aceitar, visto defender um dispositivo de localização da porta que praticamente teria de ser regeitado, por incómodo e complicado:—entrar-se numa habitação pelo telhado! De resto, as condições de ven-

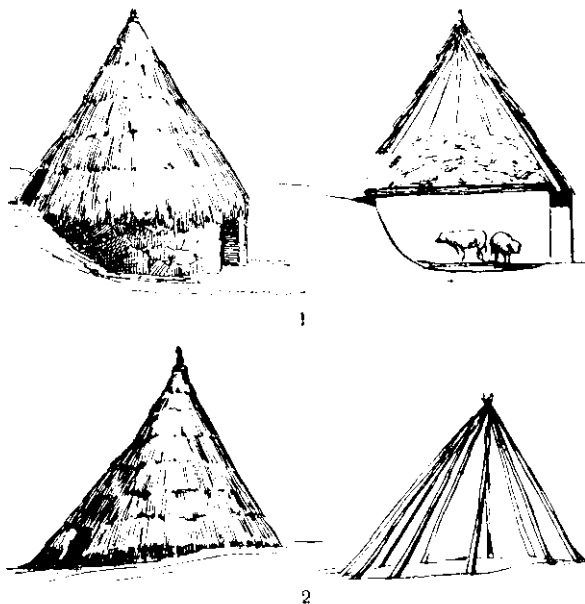


Fig. 5 — n.º 1, Casa com uma entrada através da cobertura, em Prime, Fragozela.

(Segundo Jorge Dias)

n.º 2, Cabana de Prime, Fragozela, semelhante às dos «primitivos actuais».

(Segundo Jorge Dias)

tilação, e portanto de habitabilidade de qualquer dessas casas com entrada pela cobertura, seriam totalmente anuladas, sobretudo quando o fogo ardesse no interior, dada a falta não só da porta no seu lugar natural, ao nível do solo, mas ainda pela falta de janelas, que parece de facto não existiam nas

casas castrejas. Esta ausência de janelas, porém, já é um caso admissível, que aliás podemos verificar ainda hoje nas cabanas dos chamados «primitivos actuais», as quais, em geral, igualmente as não possuem (*Fig. 5, n.º 2*). A ventilação bem como a entrada da luz faz-se então pela porta única da palhota, mas aberta ao nível do solo.

Quanto à altura e largura das portas dos tugúrios citanienses de Briteiros desconhecemo-las, como ignoramos a verdadeira altura de paredes da própria casa. Uma padieira e uma ombreira isoladas, aparecidas na Cividade de Âncora, deram as dimensões de 1,75 m. de alto por 0,97 de largo.

Outro curioso problema que apresentam certas casas redondas castrejas é o da finalidade da inclinação propositada das suas paredes, o que tem induzido alguns arqueólogos a suporem a cobertura destas casas constituída não por colmo, como era natural, mas por uma abóbada de pedra que fecharia superiormente aquela curvatura dos muros. Hipótese absurda, à qual se opõe absolutamente a fraca consistência das paredes das casas, cujo processo construtivo, com dois paramentos, o interior de pedras miudas, sem ligação nem qualquer espécie de travamento com o exterior, lhes não permitiria resistirem ao esforço de pressão provocado pela abóbada no sentido lateral. A não ser que se tratasse de uma «falsa cúpula», no género daquelas a que os arqueólogos franceses dão o nome de «*voutes en encorbellement*», ou das coberturas dos monumentos alcalareses da Idade do Bronze, ou ainda no das actuais cabanas-abrigo, chamadas «fornos de pastor», que vemos nas Serras do Suajo, Gerez, Cabreira e noutras regiões montanhosas do norte do país.

Anexas às casas de habitação dos nossos castros, vemos frequentemente uma grande variedade de construções, de formas irregulares e estranhas, umas de dimensões extremamente diminutas, outras limitando áreas bastante extensas de terreno, cuja finalidade se não evidencia.

Passando a observar os circuitos muralhados que rodeavam estes povoados, não falando já da sua primitiva altura, que desconhecemos, é inexplicável,

no ponto de vista da capacidade defensiva, o enorme perímetro de alguns desses muros (*Fig. 6*), tal como se apresentam em Briteiros, por exemplo, os quais por certo a população castreja, relativamente diminuta, seria insuficiente para ocupar por completo e com a eficácia precisa, na hipótese de um ataque vindo do exterior. O saudoso Arqueólogo Juan Cabré considerou estes extensos recintos murados simples locais «*para guardar el ganado*». Mas talvez que a defesa eventual destas longas muralhas fôsse confiada a populações dispersas nos vales, que, em



Fig. 6 — *Um extenso lanço da segunda muralha da Citânia de Briteiros.*

caso de perigo, se acolheriam ao terreno fortificado do *oppidum*.

Se considerarmos agora certos objectos avulsos recolhidos nas escavações dos castros, também muitos deles se nos apresentam como de uma utilidade ignorada, constituindo a sua interpretação racional outros tantos problemas aguardando ainda solução. Por exemplo :

Que lugar poderemos dar ao aparecimento de alguns instrumentos de sílex nestas ruínas, de um período tão recente em relação às longínquas Idades da Pedra? Teriam tais instrumentos para os homens da época proto-histórica uma simples virtude

profilática? Serviriam de amuletos? Ou desempenhavam, ainda nessa altura, uma função material utilitária?

Outra interrogação: que significado havemos de dar a certas pedras de granito, exumadas com fre-

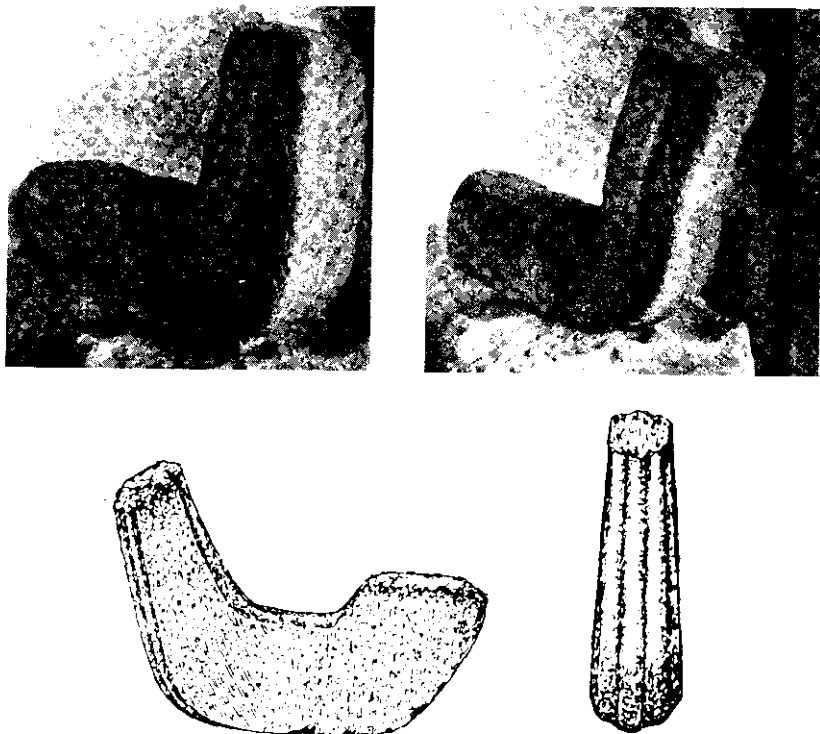


Fig. 7 — Pedras ornamentadas, de formato característico, procedentes de Briteiros e da Cibdá de Armea.

quência nos castros, semelhantes no seu contorno geral a cornos de bovidos? (*Fig. 7*). Interpretava-as Martins Sarmiento como destinadas a prisões de gado. Félix Alves Pereira pôs a hipótese de servirem, encaixadas nas paredes da casa, de suporte a quaisquer barrotes, onde se penduravam peles de

animais, naturalmente para serem tratadas nas operações da curtimenta. A estas pedras, também aparecidas na já referida *Cibdã de Armea*, deu o Sr. Francisco Conde-Valvis Fernandez o significado simbólico de trofeus de caça ou de guerra, sem contudo excluir

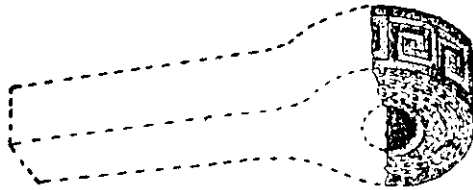


Fig. 8 — Pedras ornamentadas, terminando em forma circular e com uma perfuração central (*Briteiros e Cibdã de Armea*).

inteiramente a possibilidade do fim prático de «*amarra-
radoiros*» ou «*prisiones de ganado*».

Pedras enigmáticas são também para nós as que apresentam uma haste rectilínea, terminando numa superfície circular perfurada no centro (*Fig. 8*), as quais têm sido também interpretadas como prisões

de gado, encaixadas nos muros. Mas, como racionalmente observou Félix Alves Pereira, a tracção exercida nessas pedras, no sentido do seu eixo, pelos animais ali presos, rapidamente as deslocaria da sua posição. Mais admissível é a hipótese de tais pedras terem servido para, nos seus orifícios centrais, girarem os coucilhos ou espigões de uma porta de madeira.

Desconhecida é igualmente a aplicação de certas pequenas pedras cilíndricas, aparecidas em diversos castros (Briteiros, Rubiás, Armea, etc.), que apresentam esculpido no topo um suástica ou uma rosácea sexfólia (*Fig. 2*).

Na Citânia de Briteiros são também muito numerosos uns pequenos marcos de pedra, cilíndricos ou cónicos, inteiramente lisos. Para que serviam? para a demarcação dos limites dos bairros, ou agrupamentos de casas, pertencentes à mesma família? A excepcional quantidade de exemplares encontrados parece querer excluir, de certo modo, esta hipótese.

Outra observação interessante: Todos conhecemos a frequência com que nos nossos castros aparecem as mós manuais constituídas por duas pequenas pedras circulares destinadas à farinação de cereais. Contudo, são raríssimos os dispositivos que denotem a aplicação dessa farinha ao fabrico de pão de forno. Apenas temos conhecimento de, na Citânia de Santa Tecla, se haver dado a designação de fornos para a cozedura de pão a certos pequenos nichos de pedra, encontrados junto da entrada de algumas habitações. Que conclusão poderemos tirar desta abundância de mós, e de tamanha ausência de fornos? A de que os citanienses não fabricavam pão de forno, e a farinha obtida nas mós era apenas diluída em água e comida em papas, tal como ainda hoje praticam muitos povos selvagens? Talvez que o pão sofresse apenas leve cozedura para ser comido na ocasião, envolvida a massa densa em folhas vegetais e metida sob a cinza quente da boralheira, pão a que os Romanos davam o nome de *panis focatius* ou *sub-cineritius*. Estrabão, porém, diz-nos que os Lusitanos fabricavam um pão de bolota seca e moída, do qual se alimentavam durante grande parte do ano. Seria esse um pão de forno, bem cozido, de natureza durável? Se assim

era, torna-se estranha a disparidade entre esta referência de Estrabão e a falta, quase absoluta, do achado de fornos nas escavações dos castros, onde aliás são tão abundantes as mós circulares, e onde aparecem também umas pequenas pedras quadrangulares, com uma pega cavada, as quais tem sido classificadas como tapadoiros de fornos (*Fig. 9*).

Um facto igualmente estranhável nas explorações castrejas é o da escassez dos achados de armas de

guerra, dado o tradicional espírito combativo dos Lusitanos, de que nos falam os historiadores clássicos.

Mais incompreensível ainda é a raridade das necrópoles, de incineração ou de inumação, nas proximidades destes castros da 2.^a Idade do Ferro, quando é certo não serem raras as necrópoles célticas de incineração, da época de Hallstatt, do tipo das exploradas na região de Guadalupe pelo Marquês de Cerralbo, e em



Fig. 9 — Pedra considerada tapadoiro de forno (Briteiros)

Portugal as de Alpiarça, de Alcácer do Sal, de Elvas, etc. No norte do país são frequentes os achados de sepulturas isoladas, do período lusitano-romano, mas raríssimos os agrupamentos em necrópoles. Onde enterravam então os citanienses os seus mortos? Serviriam realmente os grandes monumentos, do tipo do descoberto na Citânia de Briteiros em 1930, de fornos crematórios, ou seriam simples mausoleus colectivos? Que sabemos nós, afinal, dos rituais fúnebres e das práticas religiosas

dos nossos antepassados proto-históricos? Que significado exacto e seguro haveremos de dar, por exemplo, às célebres estátuas de «guerreiros galáicos» e às figuras de berrões, tão frequentes na nossa região transmontana? Constituiria a representação daqueles guerreiros a expressão de um culto local, ou a glorificação de chefes notáveis?

Como se vê, ainda não foi encontrada explicação satisfatória para tantas destas incógnitas que nos apresenta a Cultura dos castros do Noroeste da Península. E até sob aspectos que parecem insignificantes, mas frequentes, vamos encontrar iguais motivos de hesitação:

qual a aplicação, por exemplo, dos chamados «cossoiros» ou «fusáiolas»? Volantes para colocar na extremidade inferior dos fusos de fiar, a fim de estes manterem o equilíbrio e conservarem por momentos a rotação que a mão da fiandeira lhe imprimia? Talvez, mas não esqueçamos



Fig. 10 — Uma fibula de tipo de La Tène, procedente de Briteiros

contudo que já um arqueólogo espanhol deu o nome inverosímil de *botones* a estes pequenos discos de barro, que nos nossos castros aparecem às centenas!

E a fibula, como se usava? (Fig. 10). E as minúsculas e tão frágeis fivelas penanulares como se aplicavam?

Vejamos agora um problema de indumentária guerreira: que significado podemos atribuir hoje à expressão estraboniana — «... plerique lineis, rari loriscatis utuntur thoracibus», quando o geógrafo grego se refere ao armamento dos Lusitanos? Sílio Itálico também alude às «couroças de linho» (*Púnica*, III, v. 272; IV, v. 292; IX, v. 587), e Schulten identifica-as com as «túnicas usadas pelos Iberos, que, na Lusitânia,

seriam constituídas por um tecido espesso capaz de proteger o corpo contra as armas do inimigo» (*Fontes Hispaniae Antiquae*, VI, p. 209). Contudo custa a conceber um *lineus thorax*, uma couraça de linho, que oferecesse protecção eficaz ao guerreiro quando recebia o golpe directo de um punhal, ou o de um pesado *soliferreum* contra ele arremesado? Seria essa couraça de algum modo reforçada, para oferecer a devida segurança, isto é, de couro, por exemplo, revestida de tecido de linho?

Estas dificuldades de explicação concreta e racional de tantos problemas, aumentam ainda mais, se nos abalançamos à solução de incógnitas estabelecidas fora do campo objectivo imediato. Por exemplo: qual a ascendência etnológica dos povos castrejos, anteriormente à invasão céltica? Como explicaremos a sua forte organização administrativa e social, revelada inclusivamente em determinados pormenores de urbanização que se observam em muitos castros? Qual a origem da inconfundível arte ornamental castreja? Que sabemos nós da linguagem indígena, ou dos dialectos destes povos, e da sua escrita em caracteres pré-latinos? Qual a origem da cabana de planta circular, que uns querem seja celta outros não celta? Qual o verdadeiro significado simbólico do suástica e de outras figuras emblemáticas? Qual a origem etimológica da palavra «citânia»? Como se vê, meus Senhores, as interrogações avolumam-se quando nos afastamos do campo material para um domínio mais ou menos abstracto.

Senhores Congressistas: É tempo de terminar estas ligeiras considerações sobre alguns dos inúmeros problemas que as antigas e as recentes escavações da Citânia de Briteiros nos têm suscitado. Os investigadores, sempre ansiosos pelo esclarecimento das trevas do passado mais remoto, preocupam-se, na maior parte das vezes, com as incógnitas da vida humana há 5 ou 10 mil anos, e a sua atenção e o seu raciocínio passam indiferentes ante muitos problemas que estão imensamente mais perto de nós e que tamanho interesse apresentam para o conhecimento da nossa história, da nossa Cultura e das nossas origens étnicas. Pudessem estas minhas interroga-

ções, de ignorante que sou, despertar em V.^{as} Ex.^{as} o interesse de contribuírem, com a sua inteligência, com os seus conhecimentos e com a sua erudição, para o estudo completo da Cultura castreja da Idade do Ferro no Noroeste da Península.

Finda a leitura deste trabalho, foram feitas algumas observações pelos Snrs. Filgueira Valverde e Russell Cortez, que o autor da Comunicação contestou, defendendo os seus pontos de vista. Aqueles Congressistas procuraram apresentar uma explicação plausível quanto a certos detalhes de construção das casas castrejas, no que respeita à ausência de portas e aos supostos tectos em abóbada.

Foi em seguida concedida a palavra ao Sr. Tenente Coronel Afonso do Paço, que leu um interessante trabalho a que deu o título « *Do Castro de Vila Nova de S. Pedro à Citânia de Sanfins* ». Concedeu-nos o seu ilustre autor a honra de aqui o transcrevermos :

Do Castro de Vila Nova de S. Pedro à Citânia de Sanfins

Sendo uma das principais finalidades deste Congresso o conhecimento de citânias e castros do Noroeste peninsular, e limitada a exposição que nos incumbiram de fazer, para não tyrannizar V.^{as} Ex.^{as}, sobrecarregados com tanta e tão diversa ciência em tão poucos dias, não queremos deixar, primeiro que tudo, de dirigir o nosso pensamento, e porventura encaminhar o vosso, para o patrono desta casa, Martins Sarmiento, pioneiro entre nós dos estudos castrejos, probidade científica indiscutível, Mecenas que colocou os seus avultados haveres ao serviço da investigação arqueológica.

Prestada esta homenagem, e como Sarmiento não se ocupou apenas de citânias, relevem-nos que, num esboço rápido, digamos alguma coisa dos tra-